Resenhas

A produção da escola pública contemporânea

autor Gilberto Luiz Alves*
cidade Campo Grande-MS
 Campinas-SP
editora Editora UFMS
 Autores Associados
ano 2001

A produção da escola pública contemporânea é resultado dos estudos de pós-doutorado do autor cuja origem se encontra em sua busca pelo entendimento sobre a escola moderna. Fundamenta-se na análise da produção material da escola e, portanto, a categoria central de sua obra é o trabalho. De matriz teórica marxista, o autor reclama a necessidade de releitura politizada dos clássicos por parte dos educadores e revela rigor metodológico em sua análise dos determinantes das origens da escola pública. Assim, realiza o estudo

* Gilberto Luiz Alves – Graduado em pedagogia (Universidade Estadual Paulista – UNESP, 1969); mestre em educação (Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, 1981); doutor em educação (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1991); concluiu o pós-doutorado em educação (UNICAMP, 1998). Professor titular aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor do mestrado em educação da Fundação Universidade do Contestado, *campus* de Caçador (SC). Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação e do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR – Corumbá-MS). Desenvolveu os projetos: Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864 (UFMS), Memória da educação sul-mato-grossense (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP/UFMS), A produção da escola pública contemporânea (UFMS/UNICAMP). Projetos em desenvolvimento: Origens e desenvolvimento da escola pública moderna no Brasil até o início do século XIX; Levantamento, catalogação e digitalização de fontes primárias e secundárias da educação sul-mato-grossense; A modernização tecnológica da pecuária no Pantanal da Nhecolândia: estudo histórico a partir do discurso de memorialistas da região. Publicou, ainda, *O pensamento burguês no Seminário de Olinda 1800-1836* pela editora Autores Associados (fontes: CNPq/Lattes; Sociedade Brasileira de História da Educação; site Livraria Cultura).

da escola pública contemporânea adotando dois grandes períodos: de sua origem até o século XIX e da metade deste até o século XX.

No primeiro período, segundo análise particular, aponta as raízes da escola pública contemporânea em três vertentes do pensamento burguês: a Revolução Francesa, a economia clássica e a Reforma protestante. Faz, a partir de fontes clássicas e documentais, a análise da passagem da escola feudal para a universalização do atendimento escolar e dá atenção especial à análise da vertente religiosa fazendo a releitura da obra *Didáctica Magna* de Comenius. Finaliza esse primeiro período indicando um quadro de referência para a expansão escolar no século XIX e assim retorna aos primeiros apontamentos indicando que: a educação pública na França teve parte central nas discussões políticas pelo entendimento de que ela seria condição da consolidação da República; na Inglaterra, a educação pública pouco dominou o debate no século XVIII e o interesse e a preocupação recaíram sobre a função da educação como intervenção para “impedir a quase total corrupção e degeneração da grande maioria das pessoas”¹; na Reforma protestante, por sua vez, a educação pública recebe atenção especial por ser considerada importante para o acesso à leitura bíblica, instrumento de salvação e aprimoramento dos crentes.

O segundo período dedica-se a analisar a produção material e a expansão da escola pública e aponta as relações entre esse processo de produção da escola e sua natureza e as funções sociais que foi e vem assumindo, desencadeadas pela Revolução Industrial. Para essa análise, o autor usa a base teórica marxista para discutir a produção material do bandido: “[...]O criminoso não produz apenas crimes, mas também o direito criminal e, com este, o professor que produz preleções de direito criminal e, além disso, o indefectível compêndio em que lança no mercado geral ‘mercadorias’, a suas conferências [...]”². A exemplo disso, vale apontar o cenário que se colocou à escola pública: ela não produz apenas a exclusão dos alunos da classe trabalhadora, mas produz também a subordinação daqueles que nela permanecem na medida em que são submetidos às suas rotinas de organização do tempo, do espaço, dos sujeitos e dos saberes, bem

1. Smith apud Alves, p. 74.

2. Marx apud Alves, p. 16.

como à utilização das “mercadorias” por ela recomendadas: o livro didático, as apostilas, reprografia de livros que deveriam compor suas bibliotecas, a avaliação da aprendizagem, as tarefas extraclasse – a conhecida lição de casa.

Essa segunda seção de sua obra está organizada, então, na apresentação das idéias acerca da produção da clientela escolar, da passagem da escola dualista à escola única, da escola que se universalizou, dos câmbios sociais, das funções da escola pública, da crise econômica e da expansão escolar. A análise considera especialmente a crise do capitalismo e a barbárie social que se agudiza e caminha para o interior da escola.

Enfim, conclui apontando duas saídas para a educação pública: a tarefa de construir uma nova organização didática da escola compatível com as necessidades e recursos contemporâneos, e a constituição de sujeitos no interior da escola que se coloquem em luta contra a “escola manufatureira” e pela construção de uma nova escola pública.

A obra toda é de relevância para o estudo da escola e de sua organização didática. Entretanto, cabe destacar dois aspectos: a crítica à obra *Educação e luta de classes*, de Aníbal Ponce, apresentada na introdução do livro de Alves e que não era, de início, propósito de estudo do autor, mas que se tornou um objetivo implícito aos três definidos *a priori*, e a relação entre a construção de uma nova escola pública e a formação dos professores.

Primeiramente, na crítica à obra *Educação e luta de classes*, de Aníbal Ponce, Alves confirma sua posição marxista e faz a crítica às posturas teóricas pouco rigorosas nas investigações sobre a produção da escola pública. Para isso, aponta ainda que os estudiosos de esquerda no século XX desenvolveram um referencial teórico de filiação marxista, porém marcado pelo “materialismo vulgar”. Nesse sentido, ao abordarem o objeto de estudo – a produção material da escola pública – adotaram uma análise que coloca a escola em situação de simples reprodução mecânica das condições impostas pelas bases econômicas da sociedade em que se dá – a capitalista, nesse caso – e dispensa “[...] a concepção dialética de superação por incorporação, que implica, necessariamente, salto de qualidade” (Alves, p. 40) defendida por Gramsci. O autor insiste, assim, que inexistiu oposição no interior da escola à sua constituição histórica –

a escola manufatureira – “[...] o que retarda o parto histórico da instituição social que o novo tempo exige” (idem, p. 241).

O segundo aspecto – a relação entre a construção de uma nova escola pública e a formação dos professores – aponta para uma evidência: a de que a educação escolar buscou e assimilou concepções de ciência e pesquisa que ainda não possibilitaram uma *práxis* que superasse a “escola manufatureira” e, portanto, não criou nem desenvolveu alternativas para, enfim, alcançar a educação e escola para todos.

Mas, que modelo de educação e ciência atenderia a essa necessidade? Inúmeros estudos apontam a dificuldade do professor em inserir-se no contexto escolar de forma a transformá-lo, embora sua prática na escola, na maioria das vezes, esteja marcada por conflitos, confrontos e contradições. Constata-se, então, que a formação de professores não contribui para o entendimento da prática pedagógica como prática social e, por conseqüência, o papel da escola na atualidade. Nesse contexto, cabe lembrar que como prática humana a educação é marcada por um caráter provisório, de contínua construção, uma vez que decorre da interiorização e da elaboração da realidade, disponível e distribuída socialmente. É nesse sentido que vale destacar que o autor insiste que os educadores, especialmente, vêm contribuindo para a preservação da escola idealizada e realizada por Comenius no século XVII. É interessante, inclusive, notar que as informações veiculadas hoje, tanto no âmbito da formação de professores quanto no cotidiano da educação, apontam para a manutenção da escola de Comenius ao insistirem em afirmar sua proposta pedagógica como muito avançada; de fato o foi em seu tempo, pois estava consoante com a lógica social e representava sua interpretação das necessidades produtivas da época.

Porém, quanto ao desenvolvimento profissional, importa formar professores na perspectiva de uma prática docente para além das técnicas e dos métodos, que na maioria das vezes apenas dogmatizam o trabalho docente e não possibilitam ao professor compreender que as situações que se apresentam no interior da escola são únicas e exigem, portanto, respostas únicas, ou melhor, exigem a incorporação das inovações tecnológicas próprias de cada tempo. Isso nos remete à consideração de que mesmo os esforços contemporâneos do Estado, consciente ou inconscientemente apoiados pe-

los educadores, de encontrar soluções a fim de garantir a escola para todos são marcados pela ignorância de que não é na criação de mais escolas, mais salas de aula e na formação *continuada* de professores que darão conta de superar o modelo de organização do trabalho pedagógico incorporado e mantido desde o século XVII e fortemente representado na atualidade pelo instrumento de trabalho do professor: o livro didático. Acrescente-se aí, a importante representação do modelo manufatureiro nas concepções de tempo – a seriação das atividades e dos períodos escolares – e espaço – a sala de aula – na escola.

Embora o autor demonstre ao longo de sua obra que as condições sociais objetivas vêm comprometendo as possíveis alternativas à sua própria superação, afirma que “A barbárie não é o único cenário que se coloca no horizonte da humanidade” (idem, p. 240). Assim, depreende-se que esse modelo de educação escolar será superado na medida em que dialeticamente educadores, pais e alunos no interior da luta de classes derem movimento ao curso de produção da escola para todos. E mais, tal modelo será superado à medida em que, principalmente, os educadores superarem a análise *materialista vulgar* da produção da escola contemporânea.

Mônica Cristina Martinez de Moraes
Doutoranda em educação
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Endereço para correspondência
Rua Dr. Quirino, 1730 – apto. 12
Campinas-SP
CEP 13015-082
mcmartinez@directnet.com.br

Recebido em: 20 jan. 2006
Aprovado em: 1 maio 2006